

## **MAR MEX KADJY: ASPECTOS SOBRE A LÍNGUA MEBÊNGÔKRE (KAYAPÓ) E A POLÍTICA LINGÜÍSTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU-PA**

*MAR MEX KADJY: ASPECTS ABOUT THE MEBÊNGÔKRE LANGUAGE (KAYAPÓ) AND LINGUISTIC POLICY IN THE MUNICIPALITY OF SÃO FELIX DO XINGU-PA*

*Clédson Mendonça Junior<sup>1</sup>*

### **RESUMO**

São Félix do Xingu, no Pará, é um município multilíngue onde diversos povos indígenas vivem distribuídos em mais de 40 comunidades. Em sua maioria são Mebêngôkre, mais conhecidos como Kayapó. Falam a sua língua materna em todas as aldeias e na cidade. No entanto, muitas vezes, são alvos de preconceito e desvalorização pela sociedade envolvente. Movimentos recentes têm valorizado a cultura e a língua Mebêngôkre através de eventos e cursos de formação, promovidos pela Secretaria Executiva Municipal de Educação (SEMED), além de atividades de pesquisa, ensino e extensão realizados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Ao mesmo tempo, os Mebêngôkre são protagonistas em diversas áreas. Por meio de tecnologias, lutam pelos seus direitos, se articulam e compartilham formas de pensar e reivindicar sua posição na política local, regional e nacional. Este artigo<sup>2</sup> tem como objetivo divulgar as atitudes, experiências e resultados de algumas políticas no município, ao permitir uma reflexão sobre a situação linguística da região, como forma de reconhecimento das identidades locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mebêngôkre (Kayapó). Política linguística. Comunidades. Direito linguístico. Identidade.

### **ABSTRACT**

São Félix do Xingu, in Pará, is a multilingual municipality where several indigenous peoples live distributed in over 40 communities. The majority are Mebêngôkre, better known as Kayapó. They speak their native language in all villages and in the town. However, they often become targets of prejudice and devaluation by the surrounding society. Recent movements have valued Mebêngôkre culture and language through events and training courses promoted by the Municipal Executive Secretariat of Education (SEMED). In addition to research, teaching, and extension activities carried out by the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and the Federal University of Southern and Southeastern Pará (UNIFESSPA). At the same time, the Mebêngôkre are protagonists in various areas. Through technology, they fight for their rights, articulate themselves, and share ways of thinking and demanding their position in local, regional, and national politics. This article aims to disseminate the attitudes, experiences, and results of some policies in the municipality, allowing for reflection on the linguistic situation of the region as a way of recognizing local identities.

**KEYWORDS:** Mebêngôkre (Kayapó). Language policy. Communities. Linguistic law. Identity.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), [cludsonjunior@letras.ufrj.br](mailto:cludsonjunior@letras.ufrj.br), <https://orcid.org/0000-0002-2477-5025>.

<sup>2</sup> Agradeço aos pareceristas anônimos pelos comentários e sugestões ao texto.

## Introdução

São Félix do Xingu é um município no estado do Pará, conhecido pelos conflitos no campo, pela existência de garimpos e áreas de desmatamento<sup>3</sup>. Hoje é um dos maiores fornecedores de gado de corte no Brasil e uma das zonas de expansão do plantio de soja na Amazônia legal. Nessa fronteira econômica, estão as reservas indígenas, com falantes de línguas da família Jê e Tupi<sup>4</sup>. São povos que frequentam as cidades, falam sua língua materna e o português em todos os espaços. Muitas vezes, são alvos de discriminação e preconceito, atitudes que são veladas pela sociedade envolvente e devem ser combatidas frequentemente, através de ações que garantam seus direitos, como pessoas que pensam, vivem e falam de forma diversa na região. Nesse contexto, o objetivo do texto é apresentar dados recentes sobre a situação linguística do município, além do testemunho, como não-indígena, de alguém que vive há mais de 35 anos na região e passou a acompanhar as políticas locais voltadas à área indígena (especialmente, a linguística).

Em Mebêngôkre, língua cooficial em São Félix do Xingu (mais conhecida como Kayapó), *mar* é o verbo saber, dependendo do contexto, pode ser traduzido também como entender, compreender, conhecer. *Mar mex* é “saber bem” e *kadjy* significa “finalidade”, “propósito”. Conhecer os direitos enquanto indígena e falante de uma língua nativa é primordial para que haja a garantia da diversidade cultural e linguística. A defesa da identidade não apenas deve ser realizada pelo indivíduo, ela deve ser garantida por todos aqueles que defendem a democracia e reconhecem a pluralidade de saberes, muitas vezes, materializados através das línguas naturais. Em regiões de contato entre línguas, ou mesmo, entre variedades da mesma língua, é comum que os direitos linguísticos sejam violados diariamente. Apesar do protagonismo indígena em muitas áreas, ainda é necessário o combate ao preconceito por meio de atitudes que valorizem a identidade de comunidades vulneráveis.

Para compreender a situação linguística da região e as ações que estão sendo desempenhadas na área, é necessário destacar alguns aspectos sobre o lugar, a língua, o povo, as instituições envolvidas e a política local.

### 1. São Félix do Xingu: um município multilíngue

A região amazônica é permeada de histórias sobre contatos entre indígenas e não indígenas, em sua maioria, com a dizimação dos povos originários de um lugar (Schmink; Wood, 2012; Souza; Cardozo, 2008; Valente, 2017; Lea, 2012). Em São Félix do Xingu, no estado do Pará, não foi diferente (Kräutler, 1979). Em um território proporcional a dois estados do Rio de Janeiro, o município foi palco de diversos conflitos. Os mais recentes remontam à segunda metade do século XX. Ali viviam Juruna, Assurini, Mebêngôkre, dentre outros. Muitos perderam o seu território, sua língua e cultura, mas uma parte seguiu resistente, lutando pelo seu espaço ao longo de décadas. O

<sup>3</sup> Veja as reportagens de Pontes (2020) e Funai (2024).

<sup>4</sup> Jê: Mebêngôkre (Kayapó e Xikrin); Tupi: Awaeté (Parakanã, Assurini do Xingu) e Yudjá (Juruna).

Mar Mex Kadji: aspectos sobre a língua Mebêngôkre (Kayapó) e a política linguística no município de São Félix do Xingu-Pa

avanço de não-indígenas à região ocorreu principalmente durante a “época de ouro” da borracha, período em que o país abastecia o mercado da Segunda Guerra Mundial. Os chamados “soldados da borracha” chegaram às lavras em um território ocupado por diversos povos indígenas. Temendo pelas suas vidas, trouxeram a imagem de um santo católico conhecido por dar proteção “contra os índios”, São Félix de Valois (Santana, 1980). “Incapazes” de compreender que estavam invadindo as terras de outros, guiados pela consciência ocidental de que a mata precisa ser domada e os seus habitantes são selvagens, inúmeros extrativistas, seringueiros, madeireiros, garimpeiros, fazendeiros e comerciantes em geral ocuparam as terras e expulsaram diversas comunidades que ali habitavam.

Os indígenas, após anos de lutas pela reivindicação de seu território no município, conseguiram manter uma parte de suas terras, como os Mebêngôkre (Kayapó), ao sul; os Parakanã e Assurini, a noroeste; e os Xikrin, a nordeste. Os Juruna, conhecidos como Yudjá, perderam seu espaço e hoje dividem um lugar com os Kayapó no estado do Mato Grosso. Muitos vieram expulsos de outras regiões como os Parakanã, outros sobreviveram a diversas invasões como os Kayapó. São povos e línguas que formaram a região e hoje vêm suas terras tomadas por cidades, vilas, fazendas, áreas de garimpo e extração de madeira. Entre os relatos dos Mebêngôkre estão muitas afirmações de não-indígenas carregadas de preconceito, ódio e desdém. São discursos como “seu lugar é na aldeia e não na cidade” ou “há muita terra para pouco índio”. Falas que causam tristeza e vergonha para o povo originário.

Além da questão territorial e social, há a linguística. Com a predominância da língua portuguesa, o Mebêngôkre foi taxado de “gíria” ou “fala enrolada”. Quanto aos costumes nativos, foram sobrepostos por uma cultura estrangeira, revestida pelo comércio, agricultura e pecuária, inflada pela ideia de trabalho e progresso.

Em São Félix do Xingu, apesar da predominância do português, as línguas indígenas resistem e são a forma de manifestação do pensamento de muitas comunidades na região. Cerca de 50% do território municipal é formado por Terras Indígenas (TIs) Mebêngôkre. São mais de 30 aldeias distribuídas ao longo do rio Xingu e seus afluentes. Do total de 65.418 habitantes (IBGE, 2022), 2.120 pessoas são indígenas falantes nativos de Mebêngôkre (Semcult, 2021). Por outro lado, em menor número, estão os Parakanã, com cerca de 11 aldeias e 800 falantes da língua Awaeté (idem). Devido à extensão territorial, as aldeias Parakanã e Xikrin estão mais próximas da sede de outros municípios, como Altamira e Água Azul. Por este motivo, se deslocam mais para essas cidades. Já os Mebêngôkre, por estarem mais próximos da sede municipal de São Félix do Xingu, frequentam diariamente a cidade. Muitos residem e estabelecem comunidades Mebêngôkre em bairros da zona urbana.

Essa relação sociolinguística entre falantes de uma língua minorizada e outra dominante estabelece um contato entre línguas e culturas diferentes que pode ocasionar boas relações sociais, assim como a proeminência de diversos preconceitos, dentre eles o linguístico. Diante do contexto, cabe aqui descrever alguns aspectos da língua Mebêngôkre e das políticas linguísticas implementadas no município.

## 2. A língua Mebêngôkre no tempo e espaço territorial

Hoje, em São Félix do Xingu, a maior parte dos indígenas são Mebêngôkre, falantes da variedade Kayapó, em contraste com os Xikrin e Metyktire, outros povos Mebêngôkre que habitam o Pará e norte do Mato Grosso, respectivamente. Somando todos os territórios Mebêngôkre, são mais de 13.500 falantes (Salanova; Nikulin, 2020; ISA, 2023). A língua é falada em todas as comunidades por crianças, jovens e adultos. (Mendonça Junior, 2021). Dentre os seus aspectos morfossintáticos, podemos destacar a ordem canônica Sujeito-Objeto-Verbo (SOV), nomes sem marcação de gênero ou número, verbos sem flexão de tempo, o uso de partículas para codificar aspecto e a ausência de determinantes obrigatórios nos nomes em posição argumental (artigos, por exemplo). Essas características são relevantes no uso do português como segunda língua para os Mebêngôkre, como por exemplo, a não flexão de pessoa ou aspecto nos verbos (“eu mora”, “eu morou”, “eu foi”). Até mesmo marcas do discurso, utilizadas tanto em Kayapó quanto em português pelos falantes bilíngues, como *ga ma* “você sabe/entendeu?” ou *jã bit* “só isso” no final de sentenças e conversas, respectivamente.

Até a década de 1990, a maioria dos Mebêngôkre eram monolíngues. Com o aumento do contato com os não-indígenas e a inserção de escolas nas comunidades, os homens, a partir da adolescência, passaram a serem bilíngues e as mulheres, apesar de algumas compreenderem e saberem falar português, não o fazem por uma questão cultural.

No dia a dia, durante muito tempo, o estudo da língua Mebêngôkre esteve ausente na educação escolar indígena e o ensino concentrava-se apenas na gramática da língua portuguesa. Recentemente, com o avanço do protagonismo indígena, a política municipal de ensino passou a valorizar a língua e a buscar meios para que os profissionais envolvidos com a educação tenham conhecimentos sobre a língua, a cultura e o povo.

Apesar dos esforços, o preconceito linguístico ainda é evidente nos comércios, nas instituições, nos espaços públicos e privados. Há relatos de diversas situações de ódio, desrespeito, incompreensão, desprezo e desdém. São inúmeros os contextos em que os direitos linguísticos são ignorados no cotidiano das aldeias e, em sua maioria, na cidade.

Um ponto inicial é o registro de nascimento. Não há um consenso sobre uma ortografia para a língua Mebêngôkre. Nos cartórios, um conhecimento linguístico básico sobre a fonética e fonologia da língua não é prioridade. Os atendimentos são todos em português e não há intérpretes ou tradutores bilíngues no quadro de atendentes. Os nomes, muitas vezes, são registrados ignorando uma nomenclatura padrão, ou uma representação mais fiel para o nome em Mebêngôkre. A começar pelo sobrenome Kayapó, nome dado pelo outro e diferente da autodenominação, Mebêngôkre. Kayapó é um sobrenome comum a todos os membros do povo, na finalidade de registro, mas não representa a identidade Mebêngôkre. Por uma questão burocrática da Funai e critérios<sup>5</sup> cartoriais, o direito de ter

<sup>5</sup> Um exemplo é interessante relatar: uma mulher, filha de pai Mebêngôkre e mãe Kubē (não-indígena) decidiu mudar seu nome em português para um nome em Mebêngôkre, após a perda do pai. Apesar de ter mudado da cidade para a aldeia, ter se casado com um Mebêngôkre e aprendido o Kayapó como segunda língua, foi necessário entrar na justiça para realizar a alteração no nome. Por sorte, um advogado a ajudou de forma voluntária. Ela mudou seu nome e sua identidade indígena foi respeitada.

Mar Mex Kadij: aspectos sobre a língua Mebêngôkre (Kayapó) e a política linguística no município de São Félix do Xingu-Pa

a identidade representada no registro no nome é desprezado<sup>6</sup>.

Outra situação são os termos utilizados em cadastros, como endereço, profissão, nacionalidade, idade, data de nascimento, naturalidade. As mulheres, por não falarem português, são ignoradas e dependem dos homens para realizarem algum registro. Os homens, por sua vez, são bilíngues, mas muitos termos técnicos são incompreendidos. Perguntas como: Onde você mora? O que você faz? A qual aldeia você pertence? O que ela/ele é para você? Você tem filhos? Você tem netos? São comuns e facilmente entendidas por qualquer Mebêngôkre. Entretanto, para o atendimento nas repartições públicas é necessário a capacitação das pessoas envolvidas ou a contratação de servidores bilíngues<sup>7</sup>. São fatores culturais e linguísticos que nortearão as relações sociais nesses espaços. Por exemplo, para os Mebêngôkre o local de pertencimento é a aldeia, mesmo morando na cidade, a aldeia é o centro da identidade do indivíduo e de sua família. A rotina do dia a dia determinará o que chamamos de profissão. Pode ser um cacique, um chefe de guerreiro, um agente de saúde, um professor, um estudante, um piloto de “voadeira<sup>8</sup>”, dentre outras atividades. Perguntar o que uma pessoa é para você, denota as relações sociais e de parentesco<sup>9</sup>. Na cultura Mebêngôkre, há conhecimentos que são passados pelos pais (*bãm* – pai / *nã* – mãe) e ensinamentos que são transmitidos pelos avós<sup>10</sup> (*ingêt* – avô / *kwatynh* – avó). Entretanto, para um homem Mebêngôkre, todos os irmãos do pai serão seu pai também e todos os irmãos da mãe serão *ingêt*. Para uma mulher Mebêngôkre, todas as irmãs da mãe são sua mãe também e as irmãs do pai são *kwatynh*. *Bãm* e *Nã* ensinam as tarefas do dia a dia, *ingêt* e *kwatynh* ensinam a cultura, os comportamentos e as funções na sociedade. Àqueles que desejam aprender (não são obrigados, na cultura), os mais velhos ensinam certas especialidades, como a manipulação da flora para cura de enfermidades ou a produção de adereços para os rituais. Além da confecção de ferramentas para o trabalho, de armas para a caça ou a guerra, de utensílios domésticos ou do *nekrêx*<sup>11</sup> de sua família (Murphy, 1997).

<sup>6</sup> Recentemente, em 2023, houve uma ação inédita do Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Funai, o Cartório local, a Prefeitura, o Governo do Estado do Pará, entre outras instituições. Através de um mutirão, servidores públicos formaram uma equipe e atenderam, presencialmente, todas as aldeias localizadas no rio Xingu. Foram expedidas certidões de nascimento e óbito, CPFs e Identidades de forma gratuita. Muitos nomes foram retificados para uma ortografia da língua que se adequasse à vontade dos falantes, um sinal de respeito e valorização da identidade indígena.

<sup>7</sup> Certa vez testemunhei uma atendente no cartório perguntando ‘qual o seu endereço?’ à um cacique Mebêngôkre. Ele, apesar de ser bilíngue, não entendeu o termo ‘endereço’ e hesitou em falar. Olhou para mim com um aspecto de dúvida e solicitação de ajuda. Eu disse à atendente: *pergunta qual a aldeia dele ou onde ele mora*. Ela, em tom de raiva retrucou: *é ele que deve responder, não você*. Ali percebi o quanto a empatia é ausente àqueles que lidam com pessoas falantes de outra língua materna.

<sup>8</sup> Termo local para canoa feita em alumínio.

<sup>9</sup> Veja Lea (2012).

<sup>10</sup> O termo *avós* é utilizado aqui como referência, porém não representa a compreensão real da relação de parentesco em Mebêngôkre porque *ingêt* e *kwatynh* se aplica à vários tipos de parentes na estrutura genealógica.

<sup>11</sup> *Nekrêx* são propriedades de família passadas de geração em geração, envolvem bens materiais e imateriais. Alguns exemplos são cores de adereços, nomes próprios, objetos pessoais e funções sociais dentro de uma comunidade Mebêngôkre.



Os nomes em Mebêngôkre vão muito além de um termo de referência, eles são propriedades de família, remontam os ancestrais e são inalienáveis. São o propósito máximo de qualquer cerimônia, têm raiz e origem mitológica, uma herança que não pode ser compartilhada com qualquer pessoa. Para se ter um “nome bonito” em Mebêngôkre foi preciso um esforço gigantesco dos pais e familiares. Por essa razão, não devem ser tratados como chacota, com pronúncias distorcidas ou motivo de piadas.

Outro ponto é exigir que um Mebêngôkre saiba a sua data de nascimento ou idade. Diferentemente dos não-indígenas que medem os estágios da vida de acordo com quantidade de anos, para os Mebêngôkre as categorias ocupadas durante a vida dependem das etapas que o indivíduo passou. De *Mep̄r̄ire* a *Mebôktire* ou *Mep̄ritire* há processos que as crianças devem percorrer. A primeira menstruação, a primeira gravidez ou o primeiro neto são etapas que separam a posição de *Mekurerer* para *Menire* e *Mebêngêt*. A passagem pelo *Ami'y* “ritual do marimbondo”, o primeiro filho ou o primeiro neto, separam o *Mebôktire* do *Memy* e *Mebêngjêt* (Verswijver, 1984). O ano em que nasceu ou a quantidade, assim como aniversários, não têm relevância para um Mebêngôkre. Por este motivo, são muitas vezes desrespeitados ou tratados como pessoas de menor conhecimento porque não sabem o dia em que nasceram ou a idade quando questionados.

Nas escolas urbanas ou mesmo em aldeias, os nomes são incompreendidos por professores e alunos, sendo distorcidos em sua pronúncia ou modificados para nomes próximos ao sistema silábico do português. Quando não há uma forma aceitável para não falantes de Mebêngôkre, um apelido é criado e o nome que carrega a identidade do aluno é ignorado e substituído por nomes sem sentido na língua.

Na cidade, uma das queixas é o silêncio de muitos alunos Mebêngôkre em sala de aula. Um ambiente em que a língua falada é o português e o conteúdo refere-se a contextos externos à cultura, não há atrativos para esse aluno, de forma que permita a sua socialização em sala e a sua interação com o contexto apresentado.

De maneira geral, as barreiras linguísticas são impostas por terminologias que muitas vezes são incompreendidas até por falantes nativos de português. Em conversas com os pais de alunos Mebêngôkre, a maior preocupação deles é a de que seus filhos aprendam bem português, não como língua substituta do Mebêngôkre, mas como meio para ascensão social entre as atividades que são desempenhadas no contato entre os Mebêngôkre e os *Kubē* (não-Mebêngôkre). Falar, ler e escrever em português não modificará a identidade indígena, segundo eles, mas permitirá ao filho desempenhar um papel de mediador entre as culturas, resolvendo questões pessoais, da família e da comunidade.

Por serem falantes de português como segunda língua, os Mebêngôkre estão mais suscetíveis a golpes, preconceitos e manipulações por parte dos não-indígenas. Outro ponto é a necessidade de elaboração de documentos para a reivindicação de direitos e apresentação de demandas das comunidades. A escrita do português é uma barreira para muitos falantes de Mebêngôkre. Por esse motivo, recorrem aos *Kubē* no intuito de auxiliarem na produção de ofícios, declarações ou

Mar Mex Kadij: aspectos sobre a língua Mebêngôkre (Kayapó) e a política linguística no município de São Félix do Xingu-Pa

requerimentos. Há uma carência pela compreensão do que são gêneros textuais <sup>12</sup>e como utilizá-los no dia a dia.

Por outro lado, há uma riqueza ainda não compreendida em sua totalidade, pelos não-indígenas, do que são gêneros ou mesmo literatura na visão Mebêngôkre. Na cultura, há narrativas, cantos e danças que expressam a história, a origem do povo, mas são manifestadas de acordo com suas especificidades. Um exemplo desse equívoco são as narrativas: muitos pesquisadores vão às comunidades na intenção de registrar os denominados “mitos” em uma classificação ocidental. Ao chegarem na aldeia, acreditam que qualquer Mebêngôkre saberá contar uma história, cantar uma música, fazer adereços etc., como se o conhecimento fosse genérico e obrigatório a todos os indivíduos do povo. Não sabem que há pessoas habilitadas para isso e uma categoria de experiências requeridas para que seja capaz de narrar, além de um contexto para a realização do evento. Como não percebem, ficam frustrados e, em atitude errônea, dizem que a cultura está se perdendo. O mesmo fato ocorre quando solicitam a um Mebêngôkre que faça uma *krax* (cesta), *kô* (borduna), *kruw* (flecha) ou *djudjê* (arco). Esses são objetos feitos por especialistas na produção, os quais foram ensinados por seus *ingêt*, por isso não se aplica a todos os homens da comunidade. Assim como as *Menire* (mulheres) e suas pinturas corporais (*Me 'ók*) com palitos e precisão geométrica.

Muitos profissionais, na aplicação de metodologias de letramento, apresentam diversos projetos voltados à educação escolar indígena com o intuito de implementar atividades literárias como a leitura de poemas, a interpretação de contos ou até mesmo a análise de livros. Outros, localizam publicações antigas com textos em Mebêngôkre para serem utilizados em sala de aula e, muitas vezes, mesmo estando na língua, não são compreendidos pelos falantes. Esse fato foi demonstrado pela professora Eunice Ester Bastos Costa da Silva, no Curso Instrumental de Kayapó, promovido pela SEMED em São Félix do Xingu. Um aluno Mebêngôkre foi convidado para ler um texto na língua nativa, uma das Lendas Kayapó publicada por Ruth Thomson na década de 1970. Um primeiro aluno, alfabetizado em Mebêngôkre olhou o texto e não encontrou sentido. O segundo, também alfabetizado, viu a narrativa e lembrou do canto entoado pelo seu pai em diversos momentos. Ele, como filho, estava habilitado para entoar aquele canto e contou a história no ritmo de uma canção. O outro, acompanhou. Todos observaram que a narrativa não era para ser lida, e sim cantada por aqueles que estão habilitados para a função. O exemplo não apenas ilustra que há formas diferentes de literatura, como também uma organização social de funções na sociedade Mebêngôkre. Políticas linguísticas que visem a cosmovisão indígena e sua aplicação em métodos de ensino devem compreender as especificidades da cultura, do povo e da língua.

---

<sup>12</sup> Recentemente a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) tem avançado nesse ponto. Através da professora Dra. Jane Guimarães Sousa e do professor Dr. Edson Gomes de Freitas, projetos de ensino, pesquisa e extensão estão sendo desenvolvidos com alunos bilíngues (Kayapó-português) na graduação. O objetivo é auxiliá-los na produção de gêneros textuais e na leitura de textos acadêmicos.

### 3. Políticas públicas recentes

Nas últimas décadas, São Félix do Xingu tem implementado uma política de valorização da língua, cultura e povo Mebêngôkre. Após a construção da primeira escola indígena no município, uma das primeiras ações foi a oferta de um curso sobre a língua Kayapó para professores não-indígenas, em 2007. Anos depois, a organização de um evento no centro da cidade reuniria todas as comunidades Mebêngôkre da região e demonstraria aos não-indígenas a riqueza cultural do município, era a chamada Semana dos Povos Indígenas. Com danças tradicionais, pinturas, artesanatos, palestras, mesas redondas e atividades esportivas, o evento passou a integrar a programação de festividades do município. Por questões de orçamento e, recentemente, devido à pandemia e falta de estrutura para sediar as apresentações, o evento não ocorreu nos últimos anos. A expectativa é a de que em 2024 seja realizado novamente.

**Imagem 1:** Semana dos Povos Indígenas em São Félix do Xingu.



**Fonte:** Acervo do autor, 2017.

Para além das festividades, no âmbito linguístico, há desafios a serem enfrentados. Um deles é ausência de profissionais indígenas em todas as secretarias. Áreas como meio ambiente, saúde, cultura, obras, agricultura, urbanismo, esportes e assistência social, dentre outras, carecem de profissionais Mebêngôkre para atuarem como intérpretes, tradutores, conselheiros, técnicos, auxiliares e coordenadores nas atividades desempenhadas por essas secretarias.

Por outro lado, a área indígena é, em vários momentos, ignorada ou utilizada como *marketing* por uma política de inclusão e respeito permeada de interesse momentâneo ou futuro. Há relatos de atitudes duvidosas, como a de políticos que convidam lideranças indígenas para viagens à centros públicos administrativos, localizados em capitais, com o intuito de ganhar vantagem e rapidez no



Mar Mex Kadij: aspectos sobre a língua Mebêngôkre (Kayapó) e a política linguística no município de São Félix do Xingu-Pa

atendimento. Na hora, a proposta é lutar pelos direitos indígenas. Quando são atendidos, outras pautas são tratadas e a liderança não recebe a devida atenção. Na maioria das vezes, não veem a questão cultural e linguística como relevantes.

Em geral, parte das universidades o interesse pelo estudo e descrição das línguas indígenas junto à valorização da cultura. Desde 2015, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) tem desenvolvido trabalhos voltados ao estudo de línguas indígenas presentes na região. No último ano, com a entrada de alunos Mebêngôkre nos cursos ofertados, como Letras-Língua Portuguesa, Ciências Biológicas e Engenharia Florestal, várias pesquisas estão em andamento, realizadas por alunos indígenas e não-indígenas.

Na pós-graduação, um programa tem contribuído de forma significativa com a educação escolar indígena em São Félix do Xingu, formando indígenas e não-indígenas em seu mestrado profissional. É o Programa de Pós-Graduação em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND), ofertado pelo Museu Nacional através da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Vários profissionais já passaram pelo programa e há, atualmente, cerca de oito Mebêngôkre distribuídos em três turmas diferentes.

Através dos conhecimentos adquiridos na pós-graduação pelos egressos do Proflind, políticas foram implementadas, como por exemplo, a cooficialização da língua no município. A união de diversos movimentos voltados à valorização da língua, da cultura e do povo Mebêngôkre, resultou na criação da Lei Municipal n.º 571, de 13 de novembro de 2019, que cooficializou a língua Mebêngôkre (Kayapó) em São Félix do Xingu.

A lei é um instrumento jurídico que auxilia na implementação de políticas públicas de reconhecimento da identidade linguística e cultural no município. Entretanto, apesar dos esforços recentes, de pessoas isoladas ou de grupos articulados, ainda é necessária a sua efetiva aplicação. Alguns avanços foram realizados, como a continuação do Curso Instrumental de Mebêngôkre-Kayapó para Professores, ofertado pela Secretaria Executiva Municipal de Educação (SEMED). Neste, os profissionais que atuam nas escolas indígenas recebem uma formação linguística e antropológica. Professores Mebêngôkre participam do curso e ensinam aos *Kubē* um pouco da língua e cultura de seu povo.

No curso, os professores que atuam ou irão atuar nas comunidades passam a conhecer, respeitar e defender a língua e cultura Mebêngôkre. Os resultados são satisfatórios, principalmente na prática pedagógica desses profissionais nas comunidades indígenas da região. Dividido em quatro módulos anuais, a cada trimestre, todos se reúnem durante uma semana para aprender a ler, escrever, falar e pensar em Mebêngôkre. A imersão de professores não-indígenas em sala de aula com o ensino de Mebêngôkre mudou a percepção de muitos educadores da rede municipal. Os resultados são variados, vão desde a confecção de materiais na língua para uso em sala de aula até a sinalização em Kayapó dos espaços públicos e privados, tanto na cidade quanto nas aldeias da região.

**Imagem 2:** Jogo didático com verbos em Mebêngôkre

**Fonte:** Acervo do autor, 2023.

Apesar das políticas linguísticas recentes, alguns desafios ainda são enfrentados pelos povos indígenas e de imigração para efetivar a cooficialização de suas línguas (Damulakis, 2017). Dentre eles, a carência de tradutores capacitados e de materiais de ensino das línguas como primeira e segunda (são metodologias diferentes), a tradução de documentos oficiais, a oferta de serviços públicos básicos de forma oral e escrita, a ausência de campanhas institucionais, a oferta de recursos na área, dentre outros, são algumas das barreiras a serem rompidas.

Em São Félix do Xingu os esforços são muitos, entretanto, há caminhos a serem trilhados para a garantia dos direitos linguísticos dos Mebêngôkre e demais povos indígenas no município. O fortalecimento da união entre as comunidades locais e a conscientização sobre a importância do ensino da língua nas escolas são os primeiros passos. As iniciativas locais caminham nessa direção.

#### 4. Novos caminhos

Um das características dos Mebêngôkre é a capacidade de se reinventar, de assimilar mudanças na língua e cultura ao mesmo tempo que mantém os costumes. Durante muito tempo a comunicação entre aldeias era realizada através de rádios AM<sup>13</sup>, com frequências que atingiam distâncias enormes e cobriam todo o território. Com a chegada da internet, dos aplicativos de mensagens e das redes sociais, o rádio tornou-se obsoleto e aqueles que faziam sua manutenção desapareceram. Ao falar no rádio os homens diziam *ajrã* enquanto as mulheres *ajnurã*, ou seja, “prossiga”, “diga”. Essa diferença entre fala masculina e fala feminina permeia diversas expressões na língua, de interjeições a afirmações. Hoje, a realidade é outra, grupos de *whatsapp* são criados para as mais variadas finalidades. Neles, áudios em Mebêngôkre são compartilhados diariamente entre grupos presentes nas mais diferentes Terras Indígenas (TIs). A internet tornou-se uma ferramenta indispensável na luta pelos direitos, na busca por informações, nos pedidos de socorro, nas decisões diárias das lideranças e membros

<sup>13</sup> Amplitude Modulada.

Mar Mex Kadjij: aspectos sobre a língua Mebêngôkre (Kayapó) e a política linguística no município de São Félix do Xingu-Pa

das comunidades. Para além disso, a internet é um meio para uso e manutenção da língua entre os Mebêngôkre.

Um exemplo de aplicação prática da internet no fortalecimento da identidade linguística do povo Mebêngôkre é o projeto de extensão *Me Kunĩ Umari: em rede pelos direitos linguísticos dos Mebêngôkre em São Félix do Xingu-PA*. O projeto é uma parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Secretaria Executiva Municipal de Educação (SEMED). Através de um grupo no aplicativo de mensagens *whatsapp*, professores Mebêngôkre da rede municipal de ensino, compartilham suas reivindicações, sugestões e propostas para que os direitos linguísticos e a educação escolar Mebêngôkre sejam mantidos no município. Os áudios são organizados e as informações registradas, editadas e publicadas nas redes sociais. Entrevistas são realizadas frequentemente com o objetivo de dar voz aos Mebêngôkre em espaços que comumente não ocupariam. Os resultados parciais do projeto foram divulgados em dois eventos promovidos pela Associação Brasileira de Linguística (Abralín): no Viva Língua Viva <sup>14</sup>(Belém-PA, 2022) e no XIII Congresso Internacional da Abrialin (Curitiba-PR, 2023). Por meio do projeto, várias atividades surgiram, como a produção de materiais didáticos na língua Kayapó e o intercâmbio entre alunos de uma escola Mebêngôkre e alunos do município de Magé, no Rio de Janeiro-RJ (ações descritas a seguir).

Além das mídias sociais, os projetos de extensão das universidades têm atuado na produção de materiais didáticos voltados para o ensino bilíngue, como o projeto<sup>15</sup> *Kaben mei -fazendo bonito com a língua Mebêngôkre*, desenvolvido pela UFRJ, em parceria com a Editora Pontes; e na oferta de eventos e cursos sobre o povo e a língua Mebêngôkre, com a participação de alunos e professores indígenas, como o Minicurso Instrumental de Kayapó (2019) e o Curso da Língua Mebêngôkre (2024), ambos ofertados pelo Instituto de Estudos do Xingu (IEX/Unifesspa), em São Félix do Xingu.

O objetivo principal das ações é auxiliar os alunos e professores Mebêngôkre, da rede municipal de ensino, na compreensão de aspectos gramaticais do Mebêngôkre e português, Reduzindo assim as desigualdades entre falantes de línguas diferentes, ao promover uma política de fortalecimento e reconhecimento das culturas e línguas presentes no município.

Quanto ao intercâmbio, o Projeto Ponte Digital tem integrado as culturas através de áudios de *whatsapp* e da apresentação das características de cada povo nos eventos de cada escola. Por enquanto, a parceria é realizada entre a Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Bekurwÿti, localizada na aldeia Tepdjãti, na TI Kayapó, cerca de 107 Km da sede municipal e a Escola Municipal em Magé, no Rio de Janeiro-RJ. Para os próximos meses, o objetivo é expandir a proposta para todas as aldeias atendidas pela SEMED. São mais de 30 escolas Mebêngôkre. Essa ponte é possível porque nos últimos meses grande parte das comunidades Mebêngôkre adquiriram acesso à internet através da empresa *Starlink*, subsidiária da *SpaceX*.

<sup>14</sup> Veja Mendonça Junior, C.; Gomes, A. P. Q.; Kayapó, B.; Menezes, D. da S., (2023).

<sup>15</sup> O projeto, em desenvolvimento, publicará uma obra didática de consulta para as escolas da rede municipal de ensino. Em sincronia com a Declaração de los Pinos, Chapoltepek, México, “Nada para nós sem nós”.

**Imagem 3:** Antenas Starlink na aldeia Karema, rio Iriri.

**Fonte:** Bote Kayapó, 2023.

Sem apoio de governos (que sempre prometeram, mas pouco fizeram) ou de instituições públicas, cada comunidade adquiriu o seu equipamento com recursos próprios<sup>16</sup>. Dessa forma, a internet é uma realidade nas terras indígenas no município. Em São Félix do Xingu, praticamente, todas as aldeias possuem acesso à internet. Hoje, áudios são compartilhados diariamente na língua, fortalecendo os laços e garantindo a integridade do povo e território, da língua e cultura Mebêngôkre.

## Considerações finais

A diversidade linguística no município de São Félix do Xingu é uma realidade ainda pouco compreendida pela maioria da população. Ações devem ser realizadas para que os direitos linguísticos das comunidades indígenas presentes na região sejam garantidos. Os esforços são inúmeros, mas isolados nas atitudes. É preciso que as instituições públicas reconheçam a causa como prioridade. A lei de cooficialização completa cinco anos em 2024, data prevista para sua total implementação. No entanto, diversos setores ainda não se adequaram às normas estabelecidas na legislação. Paralelamente, os Mebêngôkre têm lutado pelos seus direitos, as reivindicações vão desde aulas em língua materna até o atendimento bilíngue nas instituições públicas e privadas. Com o uso de novas tecnologias e com o apoio das secretarias e universidades, espera-se que o protagonismo indígena ganhe espaço e conquiste a tão almejada valorização de sua identidade e diversidade, cultural e linguística.

<sup>16</sup> Muitos equipamentos foram adquiridos através de associações indígenas também, como a Associação Floresta Protegida (<https://florestaprotegida.org.br/>) e Associação Indígena Pykôre (<https://pykore.org.br/>).



Mar Mex Kadjij: aspectos sobre a língua Mebêngôkre (Kayapó) e a política linguística no município de São Félix do Xingu-Pa

## Referências

CARDOZO, Alírio; SOUZA, César Martins. *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades* (séculos XVII-XXI). Belém: EDUFPA, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL de São Félix do Xingu – PA. *CMSFX/PA*, 2019. Disponível em: [https://www.cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br/arquivos/449/LEIS%20ORDINARIAS\\_571\\_2019\\_0000002.pdf](https://www.cmsaofelixdoxingu.pa.gov.br/arquivos/449/LEIS%20ORDINARIAS_571_2019_0000002.pdf). Acesso em: 07 jul. 2023.

COSTA, Eunice Ester Silva da. *Curso Instrumental de Kayapó para Professores*. Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu. Samed, 2019.

DAMULAKIS, Gean. *Cooficialização de línguas no Brasil: características, desdobramentos e desafios*. Departamento de Linguística e Filologia da UFRJ. 2017. Disponível em: <https://lefufrj.wordpress.com/2017/12/21/cooficializacao-de-linguas-no-brasil-uma-visao-panoramica/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. *Após retirada de invasores, Terra Indígena Apyterewa registra desmatamento zero*. Ministério dos Povos Indígenas. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/apos-retirada-de-invasores-terra-indigena-apyterewa-registra-desmatamento-zero>. Acesso em: 19 mar. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades e Estados: São Félix do Xingu*. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/sao-felix-do-xingu.html>. Acesso em: 12 mar. 2024.

KRÄUTLER, Eurico. *Sangue nas pedras*. Coleção Perspectivas. Edições Paulinas. São Paulo, 1979.

LEA, Vanessa R. *Riquezas Intangíveis de Pessoas Partíveis: Os Mebengokre (Kayapó) do Brasil Central*. São Paulo: Editora USP, Fapesp, 2012. 496 p.

MENDONÇA JUNIOR, Clédson. *Aspecto Lexical na Língua Mebêngôkre (Kayapó): estudo com indígenas em trânsito pela cidade de São Félix do Xingu - PA*. 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MENDONÇA JUNIOR, C. *et al.* Me Kunī Umari: Networked for the Linguistic Rights of Mebêngôkre (Kayapó) in São Félix do Xingu – PA. *Cadernos de Linguística, [S. l.]*, v. 4, n. 2, p. e687, 2023. DOI: 10.25189/2675-4916.2023.v4.n2.id687. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/687>. Acesso em: 19 mar. 2024.

MENEZES, Claudiane da Silva. *Censo das aldeias 2021*. In: *São Félix do Xingu-PA*. Secretaria Municipal de Cultura (SEMCULT), 2021.

MURPHY, I. Isabel. *Educação Indígena Kayapó: orientação para professores não-Kayapó*. In: MURPHY, I. Isabel *Ameríndia: Tecendo os caminhos da educação escolar*. Conferência Ameríndia de Educação. Cuiabá: 1997.

PONTES, Nádia. *A capital do desmatamento na Amazônia. Natureza e Meio Ambiente*. *Deutsche Welle*. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-capital-do-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia/a-52243986>. Acesso em: 19 mar. 2024.



RICARDO, Fany; KLEIN, Tatiane; SANTOS, Tiago Moreira dos (org.). *Povos indígenas no Brasil: 2017/2022*. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2023.

SALANOVA, Andrés Pablo; NIKULIN, Andrey. A história que conta o léxico Mëbêngôkre. *Revista de Letras Norte@mentos*, [S. l.], v. 13, n. 33, 2020. DOI: 10.30681/rln.v13i33.7621. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/7621>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SANTANA, Luiz Ferreira. *São Félix do Xingu e sua história 1889-1997*. São Félix do Xingu, PMSFX, 2007.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Editora UFPA, 2012. 496 p.

SILVA MENEZES, Dilcilene da. Relatório de atividades realizadas em 2021. In: *São Félix do Xingu-PA*. Secretaria Executiva Municipal de Educação (SEMED), 2022.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VERSWIJVER, Gustaaf. Ciclos nas práticas de nomeação Kayapó. *Revista do Museu Paulista*. Nova série, volume XXIX. São Paulo: USP, 1983/1984.